

ATA N.º 4/2024**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2024**

Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, pelas catorze horas e dezoito minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, datada de cinco de julho do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Análise, discussão e votação de Moção relativa à Crise na Região do Douro.

O Senhor Presidente da Assembleia deu início à sessão apresentando os seus cumprimentos ao Executivo, na pessoa do seu Presidente, aos Senhores Membros da Assembleia, ao Público presente e aos funcionários que participam na sessão. De seguida, solicitou ao Primeiro-Secretário Senhor Tiago Silva que procedesse à chamada dos Membros da Assembleia.

Feita a chamada verificaram-se as ausências de Susana Santos, João Cardoso e António Bastos, os quais apresentaram justificação, bem como de Jorge Silva, Carlos Carvalho, José Fernando dos Santos, Cláudia Martins e Ricardina Aguiar, os quais deverão apresentar justificação.

Verificou-se ainda a ausência do Vereador Jorge Fernandes, que deverá também apresentar justificação.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que o Senhor Presidente da União de Freguesias de S. João da Pesqueira e Várzea de Trevões se fez substituir por Daniel Bento.

Dado haver Público presente informo que se pretenderem fazer alguma intervenção, a mesma só poderá ser realizada no fim da sessão, devendo desde já efetuar a vossa inscrição na mesa, referindo nome, morada e assunto a tratar. As intervenções estão limitadas a cinco minutos por cidadão.

Como nas sessões extraordinárias apenas há lugar ao Período da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato ao Ponto 1, lembrando que a sessão tinha sido convocada para se proceder à formulação final da Moção relativa à Crise no Douro, a qual foi distribuída pelos Membros da Assembleia.

De seguida perguntou aos proponentes da Moção se pretendem fazer alguma intervenção antes da abertura das inscrições aos Senhores Deputados.

Pediu a palavra o Senhor Frederico Selores, o qual, após apresentar cumprimentos aos presentes, referiu na sua intervenção que tinha sido entendido na última reunião ordinária da Assembleia elaborar uma Moção sobre a Crise no Douro, a qual já se arrasta há muitos anos e não será de um momento para o outro, por obra e graça do espírito santo, que nós vamos resolver os problemas de todos.

Portanto, se conseguirmos minimizar esses problemas para esta vindima já será uma vitória, se conseguirmos fazer com que o poder político nos ouça e faça alguma coisa pela região, será uma vitória extraordinária.

Continuou a sua intervenção dizendo que a Moção foi elaborada pela Comissão constituída na reunião do passado dia 28 de Junho, não se assistindo aqui a divisões entre partidos de oposição e o executivo, pois só dessa forma se deve defender a região, todos a falar a uma só voz unidos na defesa do nosso concelho, em particular, e da região em geral e, nesse sentido, nós chegamos ao texto final havendo alguns

pontos com os quais eu concordo mais e outros com que concordo menos, mas assinarei por baixo esta moção.

Acredito que o Senhor Presidente da Assembleia fará chegar aos órgãos competentes esta Moção, também sei que o Senhor Presidente da Câmara tem feito diligências no sentido de entregar em mão ao Senhor Ministro da Agricultura estas mesmas propostas que estão aqui escritas, mas deixem-me dizer-vos uma coisa: tudo o que está aqui escrito se nós não soubermos unir-nos, se não soubermos defender a nossa região, não vale de nada se nós próprios não nos entendermos.

Prosseguiu dizendo que não é com medidas paliativas que nós vamos lá. Algumas das medidas serão aprovadas agora pelo Ministério da Agricultura, outras já foram aprovadas ou serão aprovadas pela comissão europeia, mas deixem-me fazer aqui um paralelismo com um acidente de carro. Precisamos de uma intervenção cirúrgica, mas o enfermeiro vai e põe-nos lá um bocadinho de "betadine", umas gazes a curar aquilo não vai funcionar de certeza absoluta. O que o Douro precisa é de uma intervenção a fundo e não pode ser só agora na altura da vindima que nos vamos lembrar disso, vamos ter que nos lembrar durante todo o ano vamos ter que batalhar durante todo o ano durante vários anos porque só assim conseguiremos levar isto a bom porto. Portanto, eu poderia falar aqui de algumas medidas que colocámos na Moção e que poderão ser discutíveis, mas vamos ver o que é que o resto das pessoas dizem. Contudo eu acho que o essencial está aqui e se nós conseguirmos colocar em prática 1/3 destas medidas, já nos poderíamos dar por contentes e já seria uma vitória, portanto, muito obrigado.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia solicitou ao Sr. Presidente do Executivo se possui alguma informação complementar que possa transmitir à Assembleia, dado que tem mantido contacto com alguns dos Ministros do Governo.

O Sr. Presidente do Executivo, cumprimentou os presentes, e tomou a palavra para referir que a maioria de vocês já me tem ouvido e temos falado e muito sobre esta questão, e portanto, também sobre o que disse o Frederico Selores na verdade depois de batemos no fundo eu acho que já há muitas propostas ou medidas com as quais todos vamos concordando, há uma outra ou, aliás, há várias que eu acho que nos vão unir, até pela urgência e pelo facto de termos batido no fundo, podemos não concordar muito bem com esta ou aquela medida, mas, portanto, também já vos fui dizendo, agora vou fazer um elogio a nós todos, vocês, todos nós, São João da Pesqueira, pela minha pessoa como presidente de câmara e também, a justiça seja feita a vocês nesta assembleia, que já vimos a falar disso há muitos anos e que também somos dos poucos municípios a fazê-lo. Agora já todos falam nesta questão, nós já vínhamos falando há muito tempo e obviamente há a possibilidade de haver agricultores que não têm onde meter as uvas.

Continuou a sua intervenção referindo ainda que foi criado um grupo de trabalho no âmbito da Cimdouro, constituído pelos Presidentes de Câmara da Pesqueira, Régua e Murça, o qual já teve algumas reuniões com entidades que representam também a parte do comércio, tendo retirado algumas conclusões, e depois também com o Ministro da Agricultura em Santa Marta. Da reunião com o Ministro pareceu-me haver, de facto, vontade e alguma sensibilidade para tentar ajudar a resolver esta situação, se calhar, tendo aqui também uma mais-valia, que é o facto de ter sido eurodeputado, portanto, também aqui algum conhecimento das formas ou da forma como se pode ir buscar algum apoio à união europeia. Eu pessoalmente, na

qualidade de Presidente de Câmara, tenho ficado sempre aqui num misto de sensações que é por um lado ter agricultores que me vêm dizendo que temos que ir para a rua e que temos que fazer barulho e, por outro lado, perceber também que eu estou evidentemente, totalmente, do lado dos agricultores da nossa região, mas também temos que dar tempo ao governo para, com a boa vontade que me pareceu existir por parte do ministro, adotar algumas medidas que já foram saindo. Mais informou que no sábado tinha falado com o Ministro da Agricultura pelo telefone e que lhe tinha transmitido que estava numa situação em que não podíamos aguardar muito mais, em que os agricultores queriam ir para a rua, e que vai dizendo aos agricultores, e é verdade que de facto me pareceu, que reconhecia boa vontade da parte do ministro e que algumas medidas já estão a ser adotadas, como por exemplo a questão daquela circular para impedir a entrada de vinhos de fora da região, pelo menos este ano, e outra que vimos apenas nos jornais, mas que foi aquela disponibilização também europeia dos 15.000.000 de euros para o caso do Douro para destilação. Acho que nos parece, e também parece ao governo, tendo em conta aquilo que fomos ouvindo, aquilo que fomos estudando, de que neste momento, e como uma medida de urgente e de curtíssimo, mas curtíssimo prazo, não há outra solução que não seja a queima do vinho, porque o que está em causa é haver vinho a mais, sempre com aquela condição de só poderem concorrer à destilação os que não tenham importado vinhos nos últimos 2, 3 anos. É isso que está em cima da mesa também, mas isso saiu nos jornais, será uma realidade também que 15 milhões de euros para o país inteiro, mesmo que dividamos isso por 3 ou mais regiões, para o Douro é absolutamente nada.

Dizer também que o trabalho está a ser feito, existe da parte da minha pessoa até muita ansiedade quanto a esta questão. Ao senhor Ministro também fui dizendo que a terra tem ainda a questão de concretizar a lei que reativa a Casa do Douro e que ainda a semana passada me ligou também a perguntar se concordavam com uma forma de concretizar a lei, mas em moldes um bocadinho diferentes, mas para nós seria indiferente.

Quanto às questões relativas ao financiamento da Casa do Douro, também se levantaram várias alternativas, inclusivamente uma que nós já tínhamos falado de tributar com taxas os turistas que fazem os cruzeiros no douro e que também podia reverter para financiar a produção.

Finalizou a sua intervenção dizendo que há uma série de medidas que de facto me parece que o governo está a trabalhar connosco, não sei vamos esperar essa proposta, vamos esperar mais alguns dias para ver se há alguma coisa de concreto, sem prejuízo daquelas medidas de médio longo prazo que também foram bem acolhidas e que, aliás, também estão na Moção, algumas que vão de encontro àquilo que nós também já tínhamos falado. Eu li a Moção também concordo inteiramente com ela.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia abriu as inscrições para os Membros da Assembleia que pretendessem intervir sobre o primeiro ponto da ordem do dia Análise, discussão e votação de Moção relativa à Crise na Região do Douro.

Foram inscritos Maria de Lurdes Costa e António Balça.

A Sra. Maria de Lurdes iniciou a sua intervenção dizendo: "Eu não venho propriamente referir-me à moção em si, porque isso já foi debatido. Já foi nomeada a Comissão para a aprimorar, por isso o meu voto claro que é a favor. Não posso, no entanto, de maneira nenhuma, ficar calada com indignação como duriense porque a luta do Douro, e eu lembro-me muito bem, foi quando eu entrei na política, já vem desde 1982. Em 1982 nós fizemos a Assembleia Municipal com todos os partidos, que inclusive naquela altura eram o PS, PSD, CDS e PCP, éramos muitas forças políticas, que fez uma

moção em condições, porque era aquela crise dos patamares que só quem tinha 10 ha é que poderia beneficiar desse luxo porque tinha como certo o benefício. Tudo isso acabou e nós agora andamos aqui a brincar às casinhas porque o duriense não é unido, e nós estamos a deixar-nos ultrapassar. Isso é que me desconforta, porque eu sou um pequeno agricultor. Dos grandes produtores desculpem, mas eu não tenho pena. Para já, porque se os grandes produtores estivessem em posição de precisar já se tinham insurgido inclusivamente com o IVDP, porque isto não passa de lobbies IVDP, CCDR, tudo isso só são lobbies mais nada, estão lá para quê? Para bater palmas ao senhor ministro, quando vem para dizer que nós estamos mal e aquilo passa naquela altura e depois que seguimento vai dar. Senhor Ministro ou Secretário de Estado, quem quer que vem aqui visitar o concelho, agora depois que a Vindouro começou a ser conhecida e que foi instaurada como uma festa do concelho e não passa disso, ora, os políticos que vêm cá, todos nós que somos educados batemos-lhe palmas, recebemos com agrado que vão fazer depois? O que é que tem feito o Senhor Presidente da República? Nada. Que é que tem feito a Senhora Ministra da Agricultura, a anterior, nada. Essa inclusive teve o bom senso de nem sequer vir no ano passado às comemorações do 10 de junho, talvez porque pensasse que no Baixo Corgo são mais aguerridos do que nós. Talvez tivesse tido medo e foi por isso que ela não veio porque, de resto, não passa de blá blá blá. Agora porque nós vamos entregar isto, sim já é tarde, pois é, mais uma vez é, mas isto já devia ter sido sempre metralhado. Agora o novo Senhor Ministro da Agricultura talvez esteja com boas intenções, no princípio estão todos com boas intenções para quê? Para ganharem votos para tornarem a ficar, isto é uma realidade, cada um só puxar para seu tacho mais nada. Politicamente estou desiludida com todos, porque é que faz só um presidente da câmara? houve 2 ou 3 numa região tão grande. Portanto, fazem uma reunião na Assembleia da República, a comissão de inquérito é bom, mas não passa disso. É uma justificação, porque nessa comissão eu vi muitas cooperativas todas discordantes umas das outras, e aí é que está mal, porque nós vimos hoje essa questão de o vinho alvarinho estar a dar cartas e é muito mais pequena do que nós. Nós aqui somos produtores desunidos e não temos força para dizer sim senhor, ai vocês querem guerra? então vamos a ela, vamos a ela deixamos as uvas nas videiras este ano, provavelmente muita gente vai deixá-las porquê? Porque nós somos o único, o único agricultor que produzimos matéria-prima e que a vendemos sem preço, sem saber o preço, isso não há em mais nenhum lado. Vamos ao têxtil, vamos às sementes, vamos a qualquer indústria e verifica-se que ninguém vende matéria-prima sem saber o preço. O preço é norteado pelos grandes exportadores, os grandes exportadores não vão dizer assim, eu vou pagar a pipa a x muito alto pois não, porque nos dá jeito, ele dá-lhes jeito é comprar a uva, que nos custou a granjear e que foi realmente com o suor do nosso trabalho como durienses, e quer comprá-la a preço da uva mijona, desculpem a expressão, mas nós somos todos daqui e uma palavra desta também a gente encaixa porque não é uma palavra feia, mas a verdade é que não há ninguém que nos defenda. Eu falei há bocado do alvarinho, mas temos outro exemplo aqui bem perto, do vinho do Dão, que estão implantadas grande e grosso. O Alentejo está também a meter os seus nichos de mercado e tem a produção sempre vendida, porque é que nós não, que temos o melhor produto para vinho do porto e temos que, por causa do lucro dos grandes exportadores, nós temos aqui na moção uma destilação de crise. Eu gostava de ver também a autorização para nós podermos fazer a nossa própria aguardente e não ir comprar aguardente de outro país. Onde é que está a qualidade da cepa se comprarmos a aguardente em Espanha, que muitas vezes é quem for mais barato é onde os exportadores vão buscar. A nós interessa-nos manter um produto de qualidade que é o Vinho do Porto. O Vinho do Porto tem que ser feito desde o princípio ao fim, com aguardente vínica destilada do mosto das nossas uvas, não é ir comprar

aguardente, nem sabemos de onde é que ela vem. Eu não estou tão bem esclarecida como qualquer um de vós que vive na pele, eu sou um pequeno proprietário, mas vou vendo as coisas, vou vendo e a coisa que mais me custa é continuarmos a acreditar em políticas que tanto faz que sejam uns como sejam outros. Este ministro pode ter a melhor das intenções, e nem sequer deve ter pegado no dossier da Casa do Douro, pois nem teve tempo, quando não se tem tempo, é fácil fazer promessas, sim, senhor, eu vou trabalhar, pois é, mas nós para o ano vamos estar cá na mesma, meus amigos vamos estar na mesma. E enquanto o duriense não se convencer que isto não é de lóbis, isto não é Baixo Corgo nem Douro Superior nem Douro Intermédio, mas é uma, é um conjunto da região demarcada toda, não podemos estar a compactuar com os preços que fazem em Santa Marta ou na Régua. Aqueles concelhos ali de baixo, porque são consideradas uvas de lameiro, não são uvas como as nossas de xisto de encosta não são, por isso nós não podemos compactuar com isto nós temos que ser fortes e desculpem a expressão e burros naquele sentido de dizer eu não me vou calar, pois ou vocês olham para o Douro ou então o Douro deixa de ser a pérola no oceano da união europeia porque cada vez que visitam o concelho vão cheios de vinho do porto e é esse, o vinho do porto, que eles conhecem, mas não sabem quanto custou, quanto custou a fazer, não sabem as traulhices que vão no meio porque, ao fim ao cabo, o nosso vinho do porto hoje está completamente adulterado, desculpem, eu sou uma pessoa de iniciativas fortes e quando realmente sinto as coisas como deve ser, eu não tenho coragem de não falar assim vigorosamente. Parabéns a todos nós por esta Moção, mas isto vai continuar, infelizmente vai continuar na mesma. Tenho pena do pequeno produtor, porque o pequeno produtor é que está a fazer o Vinho do Porto. O Vinho do Porto não é bem assim, porque nem todos fazem Vinho do Porto em casa, fazem docs e ainda bem que o doc está a ser vendido, ainda bem. Agora, o doc está a passar do Porto e então nós somos um produtor a nível europeu e a nível mundial de Vinho do Porto, e o vinho doc, que em primeiro não se ouvia falar, era vinho consumo, ninguém queria, só queria o tratado. Se alguém fazia uma pipita, era para vender em casa ainda bem que houve produtores que começaram a expandir-se por esse lado, porque viram que realmente o Vinho do Porto...

Foi o meu contributo um bocado exaltado não que esteja contra ninguém, apoio 100% tudo o que for para o Douro, o que eu acho é que a nossa voz não vai ser ouvida."

Dada a palavra ao Senhor António Balça, este iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e referindo-se à Moção informou que não pôde, por motivos de saúde, ter estado presente na sua elaboração, mas não poderia deixar de dar o seu contributo para reforçar um pouco mais também, digamos, esse sentimento de que todos estamos a viver. A moção aqui apresentada hoje, onde manifestamos de uma forma clara a nossa revolta, e que seja ouvida por quem tem o poder de decidir e alterar este estado de coisas, acho que é um documento bem elaborado, denunciando o que se tem passado e o que se está passando na Região do Douro e onde indicamos o caminho que deve ser feito, apontando as medidas certas a tomar e qual deveria ser o caminho certo para a Região e para o bem dos nossos viticultores. Se calhar peca por tardia, mas vai sempre a tempo, desde que haja vontade das pessoas que têm o poder para decidir. Esperamos que as entidades e as associações desta região se unam e acordem, de uma vez por todas, as associações políticas, quer da região quer nacionais, e entendam, de uma vez, que é uma parte do país que está a passar grandes dificuldades e que, se nada for feito, estamos a contribuir para a pobreza de quem cá vive e para a desertificação da região.

Senhor Presidente, felicito-o pelo seu trabalho em defesa dos interesses da Região, uma voz importante e persistente, mas praticamente sozinho, quando devia ser de todos os políticos da Região e de toda a Região do Douro, pois é isso que está em causa. Felicito-o por isso. O ano passado na Vindouro, o Senhor Presidente alertou o

senhor Presidente da República para a necessidade de um quadro regulamentar da Região. Os objetivos que estão refletidos nesta Moção vão de encontro a essa regulamentação e têm de ser implementados sob pena de vermos agricultores e suas famílias cada vez mais pobres. Eu também tirei ontem um artigo do JN sobre a destilação de crise. Estamos todos de acordo para o país inteiro de qualquer maneira, se calhar vale mais que nada e que se consiga cumprir realmente que aqueles que estes últimos 3 anos se aproveitaram, agora não a consigam fazer, obrigado.

De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo, o qual começou a sua intervenção para dizer que todos nós nesta assembleia, os Srs. Vereadores, o Senhor António Balça, toda a gente, nos revemos nas palavras que a Senhora Maria de Lourdes e o Senhor António Balça proferiram. O Ministro da Agricultura sabe aquilo que queremos sobre o problema da Região e do que queremos que a Região venha a ser. Devemos, se calhar, aguardar mais algum tempo, mais alguns dias, para perceber se de facto há medidas concretas, e foi aquilo também que transmiti ao ministério público, se elas não existirem, eu sou o primeiro a interpelar as pessoas do meu concelho para irmos para a rua. Agora nós não podemos ir para a rua queixarmo-nos apenas. Acho que nós podemos ir para a rua dizer isto é uma vergonha e como é que pode ser, mas os produtores não recebem o valor e têm que pagar, quer dizer, nós temos que saber o que é que vamos fazer, temos que ter um caderno de encargos, não é? Temos que saber do que falamos, sabemos que as coisas estão mal, mas também temos que ter propostas para apresentar. Sempre senti isso por parte dos sucessivos Governos, eu trabalhei com dois, o anterior e o atual, e eles querem, como disse a senhora deputada, que nós apresentemos propostas. Santa Marta, a senhora deputada Maria de Lourdes falou nisso, eu posso dizer que é pior que isso. Como? Digo abertamente porque me foi dito a mim, ao Ministro e ao Presidente de Santa Marta e ao Presidente de Murça, foi dito abertamente à nossa frente pelos diretores de Santa Marta, que eles não concordavam com o comunicado que proibia a entrada de uva de fora da região, porque aquela cooperativa não está a funcionar como cooperativa, porque tem uma empresa ao lado, que são as caves de Santa Marta, que vive exclusivamente dos vinhos de fora, estou a exagerar, faz, portanto, compra aos cooperantes associados e diz que está à rasca este ano que não tem vinho. Eu interpelei-os, há aí qualquer coisa que eu não estou a perceber. Então, mas se o problema da região é ter vinho a mais, como é que vocês dizem que não têm vinho? Portanto, eles vivem extremamente daquilo e enganam o mercado. As pessoas pensam que estão a comprar vinho do Douro e não estão. Eles dependem desse vinho de fora para poder sobreviver. Sei que é legal sobre vinho de mesa, mas induz o consumidor em erro. Pensa que está a beber um vinho de Santa Marta e não é. Eu digo-vos francamente, e pode ficar na ata aquilo que eu disse sobre Santa Marta. O Ministro até pode perceber a situação financeira das caves de Santa Marta, mas das duas uma, ou morrem eles ou a Região. Quem está a atuar mal, nós percebemos quem é agora. Eu acho que nós temos de dizer e partirmos para, se for necessário, tomar medidas de força. Temos que perceber o que queremos para a região, não basta dizer que está mal, temos que ver qual o modelo que queremos. Nós não podemos ir para a rua dizer queremos que o agricultor receba mais pelas uvas? Quem compra ao preço que quer, não é obrigado.

Tenho aqui o que dissemos ao Ministro: a questão da fiscalização efetiva da região com varejo das adegas etc. que o IVDP não faz, temos isto tudo em cima da mesa, a questão do manifesto que o produtor faz para haver cruzamento entre o manifesto e a fatura que eu entrego nas finanças e que tem os meus quilos de uvas, portanto, e não há atualmente cruzamento e para quem faz auto faturação, serem por exemplo obrigados a manifestar pelo seu quantitativo de IVDP, agora até já há delegações,

pelo menos na Pesqueira, para haver esse cruzamento, porque se não houver... depois mete lá o vinho que quiser para preencher. Portanto é fácil de fazer esse cruzamento. Dissemos isso ao Ministro, também ao das finanças, para se fazer esse cruzamento e até a possibilidade de fazer o manifesto no IVDP online. Eu acho que temos que dizer o que queremos, a questão da Comissão, a concretização da lei da Casa do Douro com a portaria que depois define de facto a eleição dos conselheiros, também a questão da inscrição, da obrigatoriedade ou não, a questão de todos estarem representados, quero dizer também, que fique em ata perfeitamente à vontade, que a associação de exportadores não quer de todo que a lei da Casa do Douro vá avante e não quer e vai utilizar argumentos de que isso é ilegal e não quer porque uma associação que representa 19.000 agricultores tem força e só se consegue 19.000 se for obrigatória a inscrição. Eu nunca pensei assim, mas agora penso assim a Casa do Douro, de acordo, portanto, seja tal e qual como está na lei, seja mais ou menos que é aquilo que me parece que querem fazer, o que interessa é que todos estejam representados.

Por exemplo, num ano como este podem fazer barulho com 19.000 agricultores, que atualmente não faz. A questão também é uma proposta só minha da região só poder produzir Vinho do Porto e DOC Douro, mais nada, e o resto então entroncava com aquilo que a Senhora Deputada Maria de Lourdes dizia ter vinho suficiente ou a preços minimamente aceitáveis para todo o vinho, não para termos aguardente para todo o vinho que produzimos, mas pelo menos para uma parte, portanto, só Vinho do Porto e só Doc Douro. Senão conseguimos competir com quantidade e com preços competitivos, com o que é bom, com qualidade e que os excedentes iriam para aguardente não toda, porque parece impossível, mas pelo menos... algo assim, e porque não?

Depois, outra exigência que fizemos, foi também a descativação das verbas do IVDP que atualmente, como sabem, são cerca de dois milhões de euros e taxas que são pagas que não passam sequer pelo IVDP são pagas diretamente às finanças. O IVDP depois tem que andar a pedinchar verbas para fazer promoção, isso também é uma exigência que já fizemos e que devemos fazer, que é estas verbas reverterem a favor da região.

Depois, há outras questões pequeninas que colocámos, como o mercado paralelo de vinhos que são feitos e que não são mesmo do Douro, a questão dos vinhos da casa também não se sab, a questão dos preços nos restaurantes e que fazem com que as pessoas depois também não consumam. Eu acho que primeiro tentar impor ou exigir a quem governa e a quem pode fazer como diz o Senhor Balça. E volto a repetir, se as medidas não forem a curto prazo, disse-o pessoalmente e por telefone ao Senhor Ministro, eu não aguento muitas mais semanas aqui à espera de uma medida para não sair. Eu junto-me às pessoas e manifestamos e berramos e fazemos aquilo que entendermos, mas com medidas concretas.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração dos membros da Assembleia a distribuição da Moção também pela Comissão Parlamentar de Agricultura, Ministro Adjunto da Coesão Territorial e, além das assembleias pertencentes à Região Demarcada do Douro, também aos Presidentes de Câmara dos concelhos da Região do Douro, CCDR, Comunicação social e Grupos Parlamentares, o que foi aprovado por unanimidade. De seguida passou-se à votação da Moção, a qual foi igualmente aprovada por unanimidade.

Tendo chegado à Mesa um pedido de intervenção do público, na pessoa do Sr. Manuel Covas, foi-lhe dada a palavra.

O Sr. Manuel Covas iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e afirmando que desde 2017 que trabalha na agricultura não depende dela, mas...

No sábado passado estive com o meu Presidente da Junta e vi a moção, que agora foi aprovada, só não a li bem porque vejo mal, estava no telemóvel. Também no sábado estive com o Senhor Presidente da Câmara, quando ele estava junto de viticultores, e ele também me disse que havia esta assembleia extraordinária e eu aproveitei para vir aqui para também manifestar aqui o meu desagrado e daqueles desgraçados da minha terra que andam muitos deles a passar mal mas não se queixam. E eu aproveitei para escrever aqui umas coisas que eu acho que é aquilo que me vai na alma, que é aquilo que dói ao agricultor que anda com a enxada às costas, pois são aqueles que andam com a enxada às costas que são os mais vulneráveis. Entreguei na Mesa ao Senhor Presidente da Assembleia uma proposta com vários pontos que começo por ler para não me enganar: proibição imediata de novas plantações / vitis na Região Demarcada de Douro (Quando eu falo aqui em vitis, quero dizer o seguinte: os vitis são replantações e eu vejo os comerciantes a quererem comprar uvas de vinhas velhas porque têm qualidade, então se vamos replantar aquelas vinhas perdemos a qualidade no Douro, essas grandes firmas daquilo que eu vejo na minha freguesia, eles não têm vinhas velhas, compram a "abcde" porque as deles custam muito dinheiro. Um exemplo: tenho uma vinha, que não é minha, é em termos de comodato, onde tenho 242 videiras duma casta que se chama Alicante Bouschet. Eu vou vendendo a 300 euros, são 242 videiras que eu vendendo a 300 euros, vendo as uvas mais caras que eles, vejam este pequeno exemplo, então acabem também com os vitis, mas tem que ser no imediato, porque depois eles nos vitis o que eles fazem? Têm patamares de duas linhas, agora andam a fazer micro patamares, com micro patamares têm mais videiras, têm mais produção, metem rega, e pior ainda para mim, perdem a qualidade e dá mais quantidade. Se nós defendemos a qualidade ela acabou.)

Segundo ponto, porque a vindima está à porta, deverá no imediato a câmara fazer o levantamento exaustivo junto das adegas cooperativas, sejam da Pesqueira e de Trevões, sobre a capacidade de armazenamento para vinhos DOC e IGP, podendo eventualmente, em último recurso, também junto de adegas particulares, tendo capacidade de absorção, identificar o custo por pipa pela prestação de serviços. Tratando-se de uma medida urgente teria que ser afluída a figura do cooperante, ou seja, os viticultores tratados de igual forma, exigir ao poder central uma linha de crédito a custo zero para que todos os agricultores que tenham necessidade desta medida pudessem fazer face aos custos supra referidos de transformação e acompanhamento do produto.

Os agricultores somente receberiam quando fosse vendido, visto tratar-se de vinhos DOC e IGP, nunca o valor a pagar ao agricultor deverá ser inferior a 600 euros a pipa e vou de encontro à diretiva 771/2019 de 20 de maio, que penso que ainda não foi transposta para o direito nacional e que diz que nenhum produto agrícola pode ser vendido abaixo do custo.

Eu o ano passado, numa exploração que eu exploro, pus lá um cartaz, agora não se vê bem, e lá está que eu queria vender a pipa do vinho de mesa ou IGP a 499,99 não pedia 500€, mas ela, se calhar custou mais de 500€, feitas as minhas contas custou mais que 500€ euros e eu no dia 21 e 22 estive na primeira amostra da uva do Douro em Sabrosa e houve lá dois senhores, nas apresentações, que diziam que 1 kg de uvas no Douro custa entre 1,27 e 1,32 euros. Eu posso falar de nomes, foi o engenheiro Álvaro, ele falou da empresa dele, mas trabalha na Real Companhia Velha e um senhor que disse que era agricultor no Castanheiro do Sul, um senhor que penso que é Fernando Rola, ele tem umas propriedades em cabanas, se não me engano, em que ele

também demonstrava que um quilo de uvas custava mais de um euro. Eu pus aqui 600 euros, não é muito, porque vejam este exemplo: uma garrafa, mesmo que seja DOC, há garrafas que custam 1,99€ nas superfícies também é pouco para este tipo de vinho, mas realmente são vendidas a 2 euros, em 700 garrafas dá 1400€. Se a mim me pagarem 600 quem vinifica ganha 500 ainda tem lucro ??? é um pequeno exemplo. É também a opinião generalizada do consumidor, que é a restauração que tem o maior lucro nas vendas dos vinhos, verificando-se situações como esta nos produtores. Este setor teria de ser regulamentado e fiscalizado quanto à margem de lucro, a restauração leva muito dinheiro. Os vinhos na restauração estão caríssimos, eu ouço falar, e mesmo algumas garrafas, que eu também gosto de vinho, bebo uma garrafa de vez em quando com colegas meus, e nunca pagamos abaixo de 5 euros uma garrafa de 5 a 7 anos. É que ainda na semana passada comprei 2 garrafas, digo a marca sem problema, foi um Barca Velha 2015, que custou 480 euros cada garrafa, não foi para mim que eu não tenho dinheiro para isso. Ora 480 euros vezes 700 dá 350.000 euros a pipa, não pode ser, pois eu ando ali todo dia na Canelha ao sol a cortar pontas e não valorizam o meu trabalho? Por amor de Deus, mais fiscalização, mais rigor para as entidades competentes, reimplantação imediata da Casa do Douro e agora vou de encontro aquilo que disse a Dona Maria de Lourdes: sendo as pessoas da Região Demarcada do Douro muito pouco reivindicativas, deveria existir mais equidade entre produção e comércio pois dependemos uns dos outros. Eu já disse ao Senhor Presidente da Câmara, eu sou muito reivindicativo nesse aspeto da agricultura e desde 2020 para o IVDP, e a junta de freguesia tem conhecimento disso pois cada vez que mando um documento para o IVDP dou conhecimento à assembleia de freguesia da minha terra, pronto eles leem também nas assembleias, eu sou bastante reivindicativo e se alguém aqui me pode dizer qual é a data da reunião do interprofissional? Se alguém me der conhecimento, eu gostaria que o fizessem que eu amanhã irei também a uma daquelas associações do Douro em Armamar e eles de certeza que sabem e eu vou pegar um cesto de uvas, vou cortar as minhas que estão verdes, mas acho que um amigo meu que tem lá já pretas e vou cortar dessas e no dia da reunião do interprofissional, eu vou até lá com o cesto às costas e vou-me colocar no IVDP com uma trouxa eu vou lá e assino Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto do Vinho do Porto e do Douro não querem as uvas aptas para a produção DOC e IGP, não tenho qualquer outra forma de as transformar, agora pergunto, qual é a solução?

Vou lá deixar ficar este documento primeiro no dia da reunião do interprofissional e já disse também ao Senhor Presidente da Câmara, se necessário for com outras medidas mais violentas, não devia haver violência, não devia haver violência sou contra a violência, mas temos que fazer se estas medidas não nos ajudarem tem que ser de outra forma. Agora escrever aqui é fácil, depois, no terreno é que é difícil, eu sei disso. Mas também não vejo preocupação dos agricultores agora. Referiu que o povo é desunido, é verdade, eu tenho conhecimento de que há gente da minha freguesia que não recebe há 2 campanhas, 2022 e 2023, mas queixaram-se os dois para mim, isso é verdade, isso é verdade, estamos a falar em situações práticas. Era aquilo que eu tinha aqui para dizer, pronto. Eu agradeço porque tive conhecimento através de pessoas que têm responsabilidade no concelho.

De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta do ponto 1 a fim de ter eficácia externa, tendo sido aprovado por unanimidade.

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às 15 horas e 40 minutos, agradecendo a presença e contribuição de todos e desejando que todos tenham um bom regresso a casa.

Relembrou ainda que quem necessitar de justificação de falta deve dirigir-se à Mesa. Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

O Presidente da Assembleia Municipal



1.º Secretário

O 2.º Secretário